Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao direito à informação nos processos penais»

[COM(2010) 392 final – 2010/0215 (COD)]

(2011/C 54/15)

Relator-Geral: **Antonello PEZZINI**

Em 29 de Setembro de 2010, o Conselho decidiu, em conformidade com o artigo 304.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), consultar o Comité Económico e Social Europeu sobre a

Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao direito à informação nos processos penais

COM(2010) 392 final – 2010/0215 (COD).

Em 20 de Outubro de 2010, a Mesa do Comité decidiu incumbir a Secção Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania da preparação dos correspondentes trabalhos.

Dada a urgência dos trabalhos, o Comité Económico e Social Europeu, na 467.ª reunião plenária de 8 e 9 de Dezembro de 2010 (sessão de 8 de Dezembro de 2010), designou relator-geral Antonello Pezzini, e adoptou, por 161 votos a favor, nenhum voto contra e 3 abstenções, o seguinte parecer.

1. Conclusões e recomendações

1.1 O CESE apoia o trabalho da Comissão que visa elaborar um pacote legislativo global, destinado a garantir direitos processuais comuns nos processos penais dos Estados-Membros.

1.2 O direito à informação, precisa e exacta, faz parte da tradição jurídica da União e reveste-se de maior acuidade com as deslocações internas dos cidadãos nos Estados-Membros.

1.3 Os cidadãos extracomunitários, que entram em cada vez maior número na União, devem, também eles, poder constatar, por um lado, a cultura jurídica da União e, por outro, a clareza dos procedimentos, que reflectem o respeito pela pessoa humana, ainda que objecto de um processo penal.

1.4 A aproximação das legislações nacionais, que está na base da directiva, deve, na opinião do CESE, ser o aspecto primordial da cooperação judiciária, nomeadamente para dar ênfase à «Carta dos Direitos Fundamentais», que foi incorporada no Tratado da UE (TFUE e TUE).

1.5 Em seu entender, a protecção dos direitos fundamentais do homem através de procedimentos comuns e partilhados, representa, sem sombra de dúvida, um forte elemento de coesão e de reforço da liberdade de circulação na UE.

2. Considerações gerais

2.1 Para garantir o direito fundamental num processo penal equitativo, conforme ao Estado de direito, a UE empreendeu uma acção específica para reforçar os direitos processuais dos suspeitos ou acusados no quadro de processos penais.

2.2 A acção comporta igualmente o reforço dos direitos da defesa. Esta acção comum deve revestir grande importância, sobretudo tendo em vista aumentar a confiança no espaço europeu de justiça, mas também para tornar efectivo o princípio do reconhecimento recíproco das decisões penais.

2.3 Com efeito, a supressão das fronteiras internas e o exercício cada vez mais alargado dos direitos de livre circulação e residência têm por consequência inevitável o número cada vez maior de pessoas envolvidas em processos penais num Estado-Membro diferente daquele em que residem.

2.4 A Resolução do Conselho da UE 2009/C295/01 de 30 de Novembro de 2009, recorda:

- as Conclusões do Conselho Europeu de Tampere de 1999,
- o Programa de Haia de 2004,
- o Programa de Estocolmo de Dezembro de 2009, para o período de 2010-2014,

e propõe, em geral, garantir – por fases sucessivas – a execução plena e o respeito coerente do «direito a um julgamento equitativo».

2.4.1 Esta resolução é conforme ao princípio expressamente consagrado no artigo 6.º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, que, por isso, constitui a base comum da protecção dos direitos dos suspeitos e acusados no âmbito de processos penais.

2.5 O direito a um processo equitativo e os direitos da defesa estão, além disso, inscritos nos artigos 47.º e 48.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE ⁽¹⁾.

2.6 Em particular, o roteiro em seis pontos, aprovado na referida Resolução do Conselho, indica algumas medidas prioritárias, a saber:

- Medida A: dado que, para exercer plenamente os direitos da defesa, é preciso conhecê-los, o suspeito ou acusado, que não falar ou não compreender a língua do processo, tem o direito a um intérprete e à tradução das peças processuais mais importantes ⁽²⁾.
- Medida B: o suspeito ou acusado de ter cometido uma infracção penal deve ser correctamente informado dos seus direitos fundamentais, oralmente ou por escrito (*Declaração de direitos*). A pessoa sobre a qual recaia uma acusação terá direito a receber as informações respeitantes à natureza e ao motivo da acusação e, no momento oportuno, as informações necessárias para preparar a sua defesa.

3. Conteúdo da proposta

3.1 A Comissão, cumprindo o mandato conferido na Resolução do Conselho, em 27 de Julho de 2010, formulou a proposta de directiva relativa ao direito à informação nos processos penais (COM(2010) 392 final).

3.2 A proposta de directiva tem por objectivo executar a Medida B do referido roteiro, introduzindo normas mínimas comuns relativas ao direito à informação nos procedimentos penais na UE.

⁽¹⁾ O artigo 5.º, n.º 2, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (direito à liberdade e à segurança) dispõe que «qualquer pessoa presa deve ser informada, no mais breve prazo e em língua que compreenda, das razões da sua prisão e de qualquer acusação formulada contra ela». O artigo 6.º, n.º 3 (direito a um processo equitativo) estabelece, em seguida que «o acusado tem, como mínimo, os seguintes direitos: a) ser informado no mais curto prazo, em língua que entenda e de forma minuciosa, da natureza e da causa da acusação contra ele formulada; b) dispor do tempo e dos meios necessários para a preparação da sua defesa; e) fazer-se assistir gratuitamente por intérprete, se não compreender ou não falar a língua usada no processo.»

Idênticas garantias de processo equitativo estão expressamente previstas na Constituição Italiana (art. 111.º), tal como alterada pela Lei Constitucional n.º 2/1999.

⁽²⁾ Directiva 2010/64, publicada no JO L 280, de 26 de Outubro de 2010, e entrada em vigor em 20 de Outubro de 2010.

3.3 Por conseguinte, e de acordo com esta directiva, compete à autoridade judicial facultar ao suspeito as informações necessárias, mas também fazer chegar efectivamente essas informações à defesa.

3.4 Estas medidas positivas e razoáveis, ao evitar erros judiciais e ao limitar o número de recursos, contribuirão, na prática, para encurtar prazos e reduzir as custas judiciais.

3.5 Deste modo, poderia falar-se de uma espécie de «compensação» positiva relativamente aos custos adicionais, ainda que limitados, que a aplicação concreta das medidas de informação inegavelmente comporta.

4. Observações na especialidade

4.1 Considerando 18: a expressão «*devem receber rapidamente informações sobre os seus direitos a partir do início*» pode parecer contraditória, pelo que seria útil explicitar em que momento preciso a informação oral deve ser dada ou notificado por escrito o acto de acusação.

4.2 Considerando 19: a expressão inicial «*a informação sobre estes direitos processuais imediatamente relevantes*» é pouco precisa; seria, pois, conveniente definir melhor a natureza e o alcance desses direitos processuais para garantir uma defesa efectiva.

4.3 Considerando 21: a expressão final «*ou comprometa seriamente a segurança interna do Estado-Membro*» pode parecer vaga. Todavia, o advérbio *seriamente* deve ser considerado algo de incontornável, a fim de evitar que os Estados-Membros, a pretexto de garantir a «*segurança interna*», exerçam um poder discricionário de natureza política.

4.4 Considerando 22: a expressão «*um mecanismo que permita verificar se os suspeitos ou acusados*» poderia ser explicitada melhor aditando a expressão «*mediante actos formais*» a seguir a «*verificar*».

4.5 Artigo 3.º, n.º 1: o termo «*rapidamente*» poderia ser substituído com vantagem pela expressão «*desde o primeiro acto*».

4.6 Artigo 3.º, n.º 2, último travessão: a expressão «*comparecer rapidamente*» deveria ser substituída pela expressão «*ser apresentado imediatamente*», à semelhança, aliás, da redacção do artigo 5.º, n.º 3, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

4.7 Artigo 4.º, n.º 1: a palavra «*rapidamente*» deveria ser substituída com vantagem por «*no próprio acto*».

4.8 Artigo 6.º: dado que a directiva diz respeito ao direito à informação sobre as acusações formuladas, não só na fase do julgamento propriamente dito mas também na fase anterior ao julgamento, a legislação deveria especificar que aquelas informações deveriam ser igualmente facultadas em relação à actividade investigativa da polícia judiciária, pelo menos nos casos de delegação da autoridade judiciária e quando haja sido deduzida acusação inicial.

4.9 Artigo 6.º, n.º 1: deverá passar a ter a seguinte redacção: «Os Estados-Membros devem assegurar que os suspeitos ou acusados recebam informações suficientes sobre as acusações contra eles formuladas **e a respectiva motivação**, a fim de salvaguardar a imparcialidade do processo penal», por forma a acolher a ideia constante da CEDH (art. 6.º, n.º 3, alínea a)) que refere expressamente **a causa da acusação**.

4.10 Artigo 6.º, n.º 2: deverá ser substituída a expressão «rapidamente» por «no mais breve prazo possível», por forma a reproduzir melhor a expressão contida na CEDH, sobre cuja interpretação já existe abundante jurisprudência.

4.11 Artigo 6.º, n.º 3, alínea a): em vez de «... das circunstâncias em que a infracção **foi** cometida...» deverá dizer-se «... das circunstâncias em que a infracção **terá sido** cometida...» porquanto, no momento da acusação ainda não está sequer estabelecido que uma infracção foi efectivamente cometida, conclusão só possível depois do julgamento.

4.12 Artigo 6.º, n.º 3, alínea a): a expressão «*incluindo o momento, o lugar e o grau de participação*» seria mais precisa se se substituísse «o grau» por «*papel efectivo*».

4.13 Artigo 6.º, n.º 3: acrescentar três novas alíneas com a seguinte redacção:

- c) medida da pena aplicável à infracção antes descrita;
- d) prazos e meios de defesa e de prova;
- e) valor relativo da eventual confissão dos factos.»

4.14 Artigo 7.º, n.º 2: a exigência do *segredo* mercê do qual se pode vedar o acesso a determinados documentos, uma vez concluída a investigação, deveria impedir que as autoridades judiciais gozem de poder discricionário excessivo, porquanto, em geral, os actos processuais passam a ser acessíveis quando a investigação é dada por encerrada.

4.15 Artigo 7.º, n.º 3: deve ficar acautelada em todas as versões linguísticas da directiva a referência às investigações preliminares, evitando a expressão «*fase instrutória*», dado que muitos códigos processuais já não prevêem esta fase.

Bruxelas, 8 de Dezembro de 2010

O Presidente
do Comité Económico e Social Europeu
Staffan NILSSON